

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NO MARANHÃO

Um estudo sobre a cobertura jornalística no período de 2002 a 2008

*Eduardo Santos de OLIVEIRA¹¹¹
Flávia de Almeida MOURA¹¹²*

Resumo: Este relato de pesquisa é parte de trabalho monográfico que tem como objetivo analisar a cobertura jornalística maranhense sobre violência sexual de crianças e adolescentes no período de 2002 a 2008, a partir da atuação e do acervo da Agência de Notícias da Infância Matraca. A parte utilizada para esta comunicação é centrada na análise feita a partir das quatro publicações da Agência da Infância Matraca, que abordam a cobertura da mídia do Estado do Maranhão sobre crianças e adolescentes, dos anos 2002, 2003, 2005 e 2008.

Palavras-chave: Violência sexual. Crianças. Adolescentes. Cobertura jornalística.

Abstract: All this causerie is part of a monographic search which goals to analyze the maranhense journalistic investigations about teenage sexual violence since 2002 to 2008, from Agência de Notícias da Infância Matraca operation and collection.

All this searching has been focused in the four Agência de Notícias da Infância Matraca publications, which approach the Estado do Maranhão newspaper media investigations about children and teenage kids, in 2002, 2003, 2005 and 2008.

Keywords: Sexual violence. Children. Teenage kids. Journalistic investigation.

¹¹¹ Autor da pesquisa. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (2010). E-mail: edu.santosdeoliveira@gmail.com

¹¹² Co-autora da pesquisa. Jornalista, professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão e Mestre em Ciências Sociais. E-mail: flaviaalmeidamoura@hotmail.com

1. Apresentação

O presente relato de pesquisa foi extraído de parte de trabalho monográfico defendido em julho de 2010 para obtenção de diploma do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão e tem como objetivo analisar de que forma os jornais maranhenses abordam a violência sexual infanto-juvenil. A análise foi feita a partir da atuação e do acervo da Agência de Notícias da Infância Matraca, uma Organização Não Governamental (ONG) existente em São Luís do Maranhão, desde 2002.

A Matraca, no intervalo entre 2002 a 2008, realizou quatro pesquisas sobre o assunto: “A criança e o adolescente na pauta da violência” (2002); “A criança e o adolescente a pautada violência sexual” (2003); “A criança e adolescente na mídia do Maranhão – Especial ECA 15 anos” (2005); e “A criança e adolescente na mídia do Maranhão” (2008).

O trabalho de análise foi feito também sobre os três principais casos envolvendo violência sexual contra crianças e adolescentes no estado: o “Caso dos meninos emasculados”, protagonizado pelo mecânico Francisco das Chagas, que foi preso e condenado pela morte de 42 adolescentes na Região Metropolitana de São Luís¹¹³ e em Altamira, no Pará; a pedofilia praticada pelo padre Félix Carneiro com seis garotos; e o abuso sexual de uma adolescente pelo vereador Sebastião do Coroadó. A pesquisa sobre os três casos foi feita principalmente no site do jornal “O Estado do Maranhão”.

Estes materiais foram a minha principal fonte de pesquisa, bem como livros, artigos e documentos encontrados em sites que tratem sobre o tema, principalmente nos portais da ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH).

Nos últimos anos, os casos de violência sexual infanto-juvenil têm recebido um pouco mais de divulgação e acompanhamento pela mídia. Prova mais recente disto foi instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na cidade de Arapiraca, no interior de Alagoas, para investigar três padres envolvidos em abusos sexuais com coroinhas adolescentes na cidade. O

¹¹³ Região com mais de 1 milhão de habitantes, que abrange a capital São Luís e os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

ponto chave nas acusações foi a cobertura jornalística feita por um programa de reportagens investigativas de uma grande emissora de televisão brasileira em março de 2010¹¹⁴.

O nosso trabalho não foi tão fácil. Tratar da violência sexual exige certa mistura de complexidade, pesquisa incansável, emoções e frieza. Um tema que se diferencia dos demais por abranger vertentes diversas, tabus, e corre-se o risco de se criar pré-julgamentos.

As quatro edições foram realizadas em parceria com a Rede ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), baseada na metodologia de pesquisa realizada por meio de clipagem¹¹⁵ com classificação desenvolvida pela ANDI¹¹⁶.

As duas primeiras (2002 e 2003) analisaram os quatro jornais com maior circulação no estado: Folha do Maranhão, Jornal Pequeno, O Estado do Maranhão e O Imparcial. A análise foi feita com a seleção de todas as reportagens, artigos, entrevistas, editoriais e algumas notas sobre os dois temas, sendo que tabelas, gráficos e infográficos não foram analisados.

Na época, o único jornal que ultrapassava a linha estadual de circulação era O Estado do Maranhão, que chegava a São Paulo e Rio de Janeiro, com tiragem média de 28 mil exemplares (nos dias úteis). No oposto, o diário Folha do Maranhão alcançava apenas a região metropolitana de São Luís e pouco mais de 10 municípios do interior, com tiragem média de 3.500 exemplares, nos dias úteis (ver anexo 2).

Nas duas pesquisas seguintes (2005 e 2008), o jornal Folha do Maranhão deixou de ser analisado, devido ao fechamento do mesmo. A seleção também não passou a ser a mesma, pois mudaram alguns critérios de análises. Por exemplo, só seria aceita qualquer reportagem, artigo, entrevista e editoriais com mais de 500 caracteres, sendo que, além de gráficos, fotografias e infográficos, as notas também não seriam computadas.

O nosso trabalho tem como base de dados a análise sobre as duas primeiras pesquisas, principalmente a de 2003, que trata especificamente do tema de nosso maior interesse, a

¹¹⁴ Programa Conexão Repórter, comandado pelo jornalista Roberto Cabrini, do SBT, exibido em 11 de março de 2010. Os vídeos foram entregues à produção do programa por um morador da cidade. Após as investigações, o material foi repassado à Polícia Civil de Alagoas. Em abril, foi instalada uma CPI pelo senador Magno Malta para investigar Monsenhor Luís Marques Barbosa, Monsenhor Raimundo Gomes e padre Edílson Duarte.

¹¹⁵ Clipagem é uma prática da área da Comunicação de selecionar reportagens e/ou notícias publicadas em jornais de acordo com assuntos de interesse.

¹¹⁶ Desde 1996, a ANDI realiza o trabalho de monitoramento do comportamento da mídia impressa nacional, por meio da coleta de dados diária e clipagem de matérias. A partir de 2000, as agências integrantes da Rede passaram a reproduzir essa metodologia.

violência sexual. As outras pesquisas, por se tratarem de análise geral sobre assuntos diversos da criança e do adolescente, serão pouco aprofundadas neste estudo.

Quadro 1.

Abordagem dos jornais maranhenses nas respectivas pesquisas sobre temas infanto-juvenis

	2002	2003	2005	2008
Folha do Maranhão	28%	19,9%	-	-
O Estado do Maranhão	27,2%	25%	46,7%	44,6%
O Imparcial	28,9%	26,7%	26,1%	27%
Jornal Pequeno	15,8%	28,3%	27,2%	28,3%

Fonte: Agência Matraca

Em 2002, a Matraca observou a presença de 857 inserções relacionadas à violência em geral. O Imparcial encabeçou a lista com 28,9% do total, seguido de Folha do Maranhão (28%), O Estado do Maranhão (27,3%) e Jornal Pequeno (15,8%). Destas inserções, 764 eram notícias, 26 artigos, 26 matérias em suplemento especial, 26 notas, 10 editoriais e 5 entrevistas.

As matérias foram subdivididas em dois grupos: atos violentos em geral (incluindo matérias sobre envolvimento de crianças e adolescentes com drogas e/ou tráfico), ocupando 73% do total, e crimes sexuais, com 27% do material analisado.

Na pesquisa de 2003, o número de inserções aumentou para 1059, com relação a 2002, sendo que o Jornal Pequeno passou a ser o primeiro na lista com 28,3%, seguido de O Imparcial (26,7%), O Estado do Maranhão (25%) e Folha do Maranhão (19%).

Cobertura jornalística

Ao analisarmos sobre quais as principais fontes ouvidas pelos jornais maranhenses no período de 2002 a 2007, percebemos alguns contrastes. Por exemplo, a polícia está sempre entre as mais ouvidas, enquanto que a sociedade civil organizada aparece nas últimas colocações, conforme mostra o quadro 3.

Quadro 2. Principais fontes ouvidas pelos jornalistas maranhenses

	2002	2003	2005	2008
Polícia	21%	14,8%	9,42%	-
Poder público (Judiciário, Ministério Público)	16,3%	16%	25,61%	-
Políticos	-	15,8%	-	-
Sociedade Civil Organizada	7,02%	5,3%	4,29%	-
Pesquisas e estatísticas	8,21%	3,5	-	-

Fonte: Agência Matraca

Para Luciene Tófoli (2008), fontes são os portadores de informação, isto é, “pessoas, entidades, instituições que têm algo a dizer ou a demonstrar que interesse à coletividade, ao jornalista, à empresa onde ou para quem ele trabalha”.

Tófoli classifica as fontes de acordo com a natureza (pessoais ou documentais), origem (públicas ou privadas), duração (episódicas ou permanentes), âmbito geográfico (locais, nacionais ou internacionais), grau de envolvimento (primárias ou secundárias), atitude frente ao jornalista (ativas ou passivas), identificação (assumida ou confidenciais) e metodologia (reativas ou defensivas)¹¹⁷.

Em 2002, a polícia foi a fonte mais procurada devido à temática desenvolvida (violência), enquanto que o poder público aparece na segunda colocação. Entrevistas realizadas pela Matraca para a pesquisa revelam que os jornalistas afirmam que a Polícia, querendo mostrar o serviço de defesa prestado à sociedade, cria suas pautas de assuntos repassados aos jornais, ou seja, informa quando ocorre algum caso de violência contra ou realizado por crianças e adolescentes.

De acordo com Tófoli (2008), a relação entre fonte e jornalista é mútua, pois enquanto a primeira busca divulgar assuntos do seu interesse, a fim de participar da agenda pública, o segundo quer destacar o trabalho dele e do veículo para qual trabalha, com informações exclusivas. Sobre o fato de recorrer às autoridades como fontes repetidas, a autora diz que “é preciso, quando se recorre a uma fonte desse tipo, priorizar a qualidade e não a quantidade, a lei

¹¹⁷ Para Tófoli, o principal critério para escolha da fonte é a autoridade que a mesma possui; o que em muitas vezes não acontece, pois “o *status* da fonte se sobrepõe ao conhecimento que ela detém sobre determinado assunto” (TÓFOLI, 2008, p.52).

do menor esforço, ou o atendimento à injunção industrial da produção de notícias em tempo real”

118

Essa classificação é invertida a partir da pesquisa de 2003, na qual o poder público aparece como principal fonte e a polícia como terceira mais procurada, ficando atrás das fontes políticas, isto porque no mesmo ano era instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão e na Câmara Municipal de São Luís para apurar denúncias de abusos e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Estado¹¹⁹.

Na pesquisa de 2005, o Poder Público aumenta ainda mais sua participação como fonte para os jornalistas, isto porque a análise não foi voltada especificamente para a violência, mas tratou sobre assuntos diversos, tais como educação, direitos e justiça, exploração do trabalho infantil, mortalidade infantil, entre outros.

Os Conselhos de Direitos e Tutelares¹²⁰ são fontes quase esquecidas pelos jornais maranhenses, aparecendo em pouquíssimas matérias. A análise mostra que esse problema ocorre devido à falta de uma “ponte” entre Conselhos e imprensa: os primeiros, pela ausência de assessores de comunicação, procuram repassar as informações diretamente aos jornais, enquanto que os jornalistas priorizam apenas as pautas que podem “render”.

Os dados revelam que, se por um lado os meios de comunicação não discutem com mais aprofundamento a questão da violência contra crianças e adolescentes, por outro a sociedade civil não compreende o poder mobilizador que os mesmos têm.

De acordo com Lissandra Leite, coordenadora de projetos da Matraca, a relação entre mídia e conselhos tutelares é frágil e ambos saem enfraquecidos por causa desse relacionamento distante. “A gente percebe que há um desconhecimento por parte da imprensa, bem como a falta de estruturas por parte dos conselhos e organizações civis” (LEITE, 2010, trecho de entrevista).

¹¹⁸ TÓFOLI, Luciene. *Ética no Jornalismo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p.52.

¹¹⁹ Em 2003, a deputada Helena Heluy (PT) propôs a instalação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) local. Como resultado, após 180 dias de trabalho, a CPI indiciou 16 pessoas, entre elas os prefeitos de Paulino Neves e Água Doce do Maranhão e outras autoridades do Executivo e Legislativo de municípios maranhenses.

¹²⁰ Os Conselhos Tutelares e de Direitos foram criados pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Os primeiros têm atuação em nível municipal e objetivam o atendimento de crianças e adolescentes que tiveram os direitos ameaçados ou violados. Enquanto que os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente desempenham-se em nível federal, estadual e municipal, atuando na formulação e no controle de políticas públicas (In Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas, ANDI, 2009).

A importância de se ter várias fontes está no fato de se conseguir mais conteúdo e dados para a contextualização e problematização dos fatos, não ficando apenas nas falas das autoridades diretamente ligadas ao encaminhamento do crime.

Tanto na pesquisa de 2002 quanto na de 2003, o ECA é pouco abordado nas matérias dos quatro jornais analisados. O jornal O Imparcial foi o que mais tratou sobre o Estatuto na primeira pesquisa (19 vezes), com pouco mais de 8% do total de inserções. Enquanto que no ano seguinte, O Estado do Maranhão aparece como o jornal com o “maior” índice de matérias (13), o que representa menos de 5% do total de inserções do periódico.

O desrespeito ao Estatuto ocorre quase duas vezes mais que a abordagem do mesmo em 2002, com 16% das matérias dos quatro jornais, mostrando a identificação de crianças e adolescentes¹²¹ (ver quadro 4). O desrespeito aumenta quando a criança ou adolescente se encontra em situação de agente (27,8%), sendo maior do que quando estão na condição de vítima (17%); ato ilegal, segundo o parágrafo único do artigo 143 do ECA: “Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência”.

Na pesquisa de 2003, o descumprimento do ECA diminuiu para 10,1%, devido também à temática, que trata apenas sobre a violência sexual. O jornal O Imparcial aparece como o que menos cometeu o erro de identificação (em apenas 12 vezes, das 283 matérias selecionadas), e o Folha do Maranhão é o que mais desrespeita (22 vezes, em 211 inserções).

Quadro 3. Conhecimento dos jornalistas com relação ao ECA

	2002	2003
Abordagem (citam o ECA)	7,2%	2,7%
Desrespeito	16%	10,1%

Fonte: Agência Matraca

Esse tipo de problema ocorre, principalmente, por causa da falta de preparo dos profissionais (que em muitas vezes não estudam ou lêem o Estatuto da Criança e do Adolescente), da falta de investimento das empresas jornalísticas no aperfeiçoamento dos profissionais, bem

¹²¹ O ECA foi desrespeitado em 129 matérias: 102 foram textuais, isto é, citaram o nome completo da criança ou adolescente, dos pais ou responsável, e o que é pior, identificando o endereço; em 8 matérias, o desrespeito foi em relação à imagem (fotografias que permitem identificação); e em outras 19, o desrespeito foi duplo.

como pela pressão exercida nas redações, já que os mesmos cumprem mais de duas pautas por dia, em um intervalo muito curto para entrega de cada matéria¹²².

O preconceito contra o Estatuto também é outro problema: muitos jornalistas acreditam que o ECA apenas contribui para o aumento da criminalidade entre crianças e adolescentes, bem como protege excessivamente.

Como a violência sexual é tratada nos jornais maranhenses

De acordo com os estudos da Matraca, os jornais maranhenses pouco abordam o tema da violência sexual infanto-juvenil. Embora a pesquisa de 2003 trate especificamente sobre o tema, isso não quer dizer que a cobertura foi grande. O fato é comprovado em 2005, quando apenas menos de 4% das matérias sobre crianças e adolescentes tratam da questão, e em 2008, o número diminui ainda mais (ver Quadro 5).

Não bastasse isso, a abordagem feita pelos periódicos deixa muito a desejar, como comprova a análise de 2003: apenas 23% das inserções tratam de ações reflexivas ou preventivas, com a busca por soluções. As demais ficam apenas nas denúncias (47%) e de forma factual (30%), com textos que apenas relatam e detalham os crimes, expondo as vítimas, sem apresentar informações relevantes.

Quando se define o jornalismo investigativo como gênero que busca uma informação que grupos sociais de poder querem esconder, pressupõe-se que o repórter investigativo busca um fato que alguém não deseja divulgar, ficando explícito que o repórter caminha em direção a uma meta, um propósito, que é a verdade dos fatos (SEQUEIRA, 2005, p.70-71)

2. Considerações finais

Percebemos neste estudo a fragilidade e falta de qualidade nas matérias, seja pela falta de tempo (alegada pelos jornalistas), ou porque as empresas não investem na capacitação dos profissionais, ou ainda pelo fato de os jornalistas não terem interesse em buscar um aprofundamento nas pesquisas.

¹²² Em entrevistas concedidas à Matraca, os jornalistas reforçaram a problemática da correria diária. “O tempo é muito corrido para cobrir várias matérias. É uma limitação e não permite a complementação com outras fontes”, diz Ismael Ferreira, repórter de Folha do Maranhão. (In Pesquisa “A criança e o adolescente na pauta da violência”, 2002, p.25.)

Como foi tratado, a abordagem factual e denunciativa é preponderante na maioria absoluta das matérias. Devido a isso, pode-se perceber que o interesse das empresas jornalísticas é apenas de noticiar os fatos, de mostrar os crimes, acusados, vítimas e envolvidos nas tramas. Nos muitos casos, não se busca entender o contexto, acusados e vítimas, muito menos aprofundar as reportagens com informações mais qualitativas.

É visível também o despreparo dos jornalistas acerca desse tema, de suas terminologias e do uso de leis de defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os profissionais de comunicação revelam a falta de conhecimento do Estatuto, o que faz com que muitas matérias apresentem gravíssimos erros e desrespeitos, tais como a identificação de crianças e adolescentes e dos pais, seja por imagens ou iniciais dos nomes, ato proibido pelo artigo 143 do ECA.

O preconceito com o Estatuto ainda prevalece em alguns setores da sociedade, bem como no meio jornalístico; há alguns casos de profissionais que pensam que o ECA protege demasiadamente e não pune crianças e adolescentes, e o considerem como um “estímulo” ao crescimento da marginalidade nessa faixa etária.

O número de matérias que tratam da busca por soluções e políticas públicas de prevenção, que despertam a reflexão e participação do Poder Público e da sociedade em geral ainda é pequeno, e quando ocorre é de forma tímida.

A preocupação pelos temas relacionados à infância e à adolescência nos jornais também ocorre com pouca intensidade. O maior exemplo disto é percebido quando o assunto quase não é abordado no espaço pelo qual as empresas jornalísticas mostram a sua posição e opinião diante dos fatos que podem ser relevantes à sociedade: o editorial.

Os jornais também apresentaram falta de contextualização na abordagem, sem a preocupação de identificar as causas e consequências da violência sexual infanto-juvenil. Além disso, ainda existe outro problema, que felizmente tem diminuído com o passar dos anos: o uso de termos pejorativos, irônicos e inadequados, que promovem apenas o sensacionalismo nos leitores e a condenação antecipada.

A polícia ainda continua como uma das principais fontes ouvidas e consultadas pelos jornalistas, o que de fato provoca a falta de uma visão mais abrangente sobre o assunto, uma abordagem com dados, estatísticas e conteúdo mais aprofundado. A partir do momento que se

tem apenas uma fonte, o leque de informações e conhecimento fica restrito e as matérias perdem credibilidade.

Entendemos que não basta apenas mostrar que alguém foi acusado, preso e julgado por cometer abuso sexual ou por praticar exploração sexual de crianças e adolescentes. Não é suficiente retratar como ocorreu o crime, o que o abusador fez e como a vítima reagiu. É necessária uma cobertura que mostre o que fazer para evitar os abusos e qual a importância de se denunciar os crimes; que apresente os órgãos responsáveis pela defesa e acolhimento de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, além de acompanhar e exercer o controle social no que diz respeito às ações e políticas públicas dos governos e entidades.

Referências

ANDI BRASIL. **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**: guia de referência para a cobertura jornalística. Brasília: 2007.

———. **Jornalismo Investigativo - Concurso Tim Lopes**: um estudo sobre a atuação da imprensa no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília: 2006.

———. **Estatuto da criança e do adolescente**: um guia para jornalistas. Brasília: 2008.

———, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

COSTA, João de Jesus da (coord.). **Rompendo o Silêncio**. São Luís: CEDCA; Centro de Defesa Padre Marcos Passerine; Procuradoria Geral de Justiça, 1997.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Disponível em: <<http://www.cecria.org.br/banco/violencia.htm>>. Acesso em: 10 maio 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva T. Silveira. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, 2ª edição.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LAGO, Claudia. **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. As ONGs no enfrentamento da exploração, abuso sexual e maus tratos de crianças e adolescentes. **Cecria**.

MICHAELISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa**: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos. 4. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Lusimar Silva. **Manual para normalização de monografias**. 2. ed. rev. e atual. São Luís: Visionária, 2007.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008

PINTO JÚNIOR, Antonio Augusto. **Violência sexual doméstica contra meninos**: um estudo fenomenológico. São Paulo: Vetor, 2005.

TÓFOLI, Luciene. **Ética no jornalismo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.